

Ministro esclarece dúvidas sobre acordo

BRASÍLIA — Seria um ato de pura ingenuidade divulgar para o Brasil um documento diferente do que foi distribuído a 800 bancos, dos quais, 15 são brasileiros. Esta foi a declaração que o Ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, deu ontem, ao desembarcar em Brasília, desmentindo informações dadas pelo Presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, Carlos Chiarelli, de que o documento entregue aos bancos (o chamado **term sheet**) conteria uma série de informações contraditórias em relação aos dados divulgados pelo Governo brasileiro.

Mailson, em princípio, criticou a forma pela qual o Senador obteve o **term sheet** (Chiarelli disse que obteve por vias policialescas), afirmando que se tivesse sido requisitado, o documento lhe seria entregue. Ele explicou que não houve contradição alguma entre o documento dos bancos e o que foi divulgado no Brasil. O que houve, conforme o Ministro, foi uma confusão infeliz, feita por quem leu o documento por ignorância, falta de entendimentos em inglês ou má fé.

O primeiro ponto de contradição é com relação ao início do pagamento do principal da dívida. Chiarelli disse que, pelo que leu, o principal começaria a ser pago em 1991. Entretanto, segundo o Ministro, o início deste pagamento será só em 1995, num total de 20 anos. O que será feito em 1991, 1992 e 1993, conforme Mailson, é um sinal de pagamento para demonstrar que há boa vontade na retomada de amortização da dívida. Este sinal será pago da seguinte forma: em 91 serão pagos 5% dos vencimentos daquele ano; em 92 mais 10% do que vencer no ano, e em 93 outros 15%.

Sobre a vinculação com o Banco Mundial, Mailson lembrou que sempre foi uma reivindicação da própria oposição, que acabou se tornando uma praxe de todos os contratos (México, Argentina, Chile e Venezuela) que vem sendo assinados nos últimos anos.